

JOÃO LUÍS FONTES
MARIA FILOMENA ANDRADE
TIAGO PIRES MARQUES
(COORDENAÇÃO)

GÉNERO E INTERIORIDADE
NA VIDA RELIGIOSA
CONCEITOS, CONTEXTOS E PRÁTICAS

UNIVERSIDADE | CENTRO DE ESTUDOS
CATÓLICA | DE HISTÓRIA RELIGIOSA
PORTUGUESA

LISBOA 2017

INTRODUÇÃO

Este livro reúne onze textos inéditos focando aspetos da vida religiosa de mulheres e homens, no universo católico europeu, em diferentes momentos históricos, da Idade Média à contemporaneidade. Sucedendo ao volume publicado nesta coleção com o título *Vozes da Vida Religiosa Feminina. Experiências, Textualidades e Silêncios (séculos XV – XXI)*¹, estes textos aprofundam a análise das práticas religiosas associadas a um certo exercício da vida espiritual ou “interior”. Naquele volume, pretendíamos fundamentalmente dar visibilidade aos modos de atuação das mulheres em contextos religiosos largamente dominado por homens; ora, esse conjunto de investigações veio colocar em evidência a diferenciação, segundo o género, das práticas designadas como “espirituais”, às quais se ligavam concepções de uma interioridade a cultivar. No seguimento da reflexão desenvolvida em *Vozes da Vida Religiosa Feminina*, a relação entre as *práticas de interioridade* e o género impôs-se como prisma a adotar nas jornadas de estudo, em 2015, que estiveram na origem do presente livro.

Convém, neste ponto, e antes de passarmos à apresentação dos textos, baliarmos os conceitos de “interioridade” e de “género”. Nas suas duas obras maiores, *Sources of the Self. The Making of the Modern Identity* (1989) e *A Secular Age* (2007), Charles Taylor traça o percurso histórico das fontes – religiosas, científicas, políticas, económicas – da subjetividade e do imaginário que considera características da modernidade. Entre estas, dá particular relevo justamente à noção de “interioridade”, que analisa como um constructo “moderno” com raízes no cristianismo, em particular nas tradições espirituais agostinianas. Como refere Taylor, “Agostinho chama-nos constantemente para o interior”, “Aquilo que necessitamos jaz no *intus*”². A partir da Baixa Idade Média, e em particular a

¹ Maria Filomena Andrade, João Luís Fontes e Tiago Pires Marques (orgs.) – *Vozes da vida religiosa feminina. Experiências, textualidades e silêncios (séculos XV a XXI)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2015.

² “*Noli foras ire, in teipsum redi; in interiore homine habitat veritas*” (Não te voltes para fora; volta-te para o interior de ti mesmo. No interior do homem habita a verdade). *Apud* Charles Taylor – *Sources of the Self. The Making of the Modern Identity*. Cambridge (Mass.) e Londres: Harvard University Press, 1998, p. 129.

partir da Reforma e da Contra-Reforma, mas também com o desenvolvimento da racionalidade científica cartesiana, estas tradições teriam contribuído para uma crescente reflexividade da vida espiritual. Esta dinâmica histórica intensificaria a distinção entre um mundo exterior de objetos e um mundo interior, no qual são “relocalizadas” a razão, a alma e, nos contextos espirituais cristãos, o caminho para Deus³.

Ora, estas dimensões da religião e da secularização são claramente diferenciadas de acordo com variáveis de gênero. Na sua obra magistral sobre a secularização do Ocidente (e é sem dúvida o pecado maior do autor a não consideração de processos de secularização ou de reconfiguração religiosa análoga à secularização noutras partes do mundo), Taylor, mais uma vez, observa que as novas formas de mobilização religiosa no mundo mais secular do século XIX foram fortemente moldadas pelo gênero. A construção de uma ordem centrada na família nuclear veio valorizar a mulher como guardiã da domesticidade, aspeto que se refletia nas práticas de cuidado da família, em particular as crianças e dos doentes, e se traduzia em novas práticas devocionais e espirituais. Assim, se a devoção ao Sagrado Coração, protetora da casa, se delineava como prática religiosa eminentemente “feminina”, os homens eram mobilizados em atividades com dimensão pública (nas confrarias, em associações profissionais e sindicatos católicos)⁴. Estes processos históricos configuram aquilo que historiadores e antropólogos observam como uma “religião entre homens” e uma “religião entre mulheres” dentro de um mesmo universo religioso⁵.

Estes exemplos são ilustrativos da diferenciação das práticas espirituais e dos papéis sociais codificados em termos religiosos segundo as diferenças de sexo. Contudo, a relação entre religião e gênero não se esgota nesta dimensão do sexo enquanto variável diferenciadora, tal como defendido por numerosos investigadores(as) das várias ciências sociais e humanas. Na realidade, não é só a religião que é moldada pelo sexo; é a própria subjetividade sexuada que, em contextos de socialização religiosa intensa, é moldada, entre outros aspetos, pela religião. Este volume aborda, sobretudo, o modo como as práticas religiosas se configuram de acordo com o gênero, isto é, com as construções políticas e socio-culturais referidas ao sexo⁶. No entanto, alguns capítulos são sugestivos do modo como os códigos religiosos – o profetismo, a mística nos séculos XVII e XVIII,

³ Charles Taylor – *Sources of the Self...*, pp. 186-187.

⁴ Charles Taylor – *A Secular Age*. Cambridge e Londres: Harvard University Press, 2007, pp. 451 e 468.

⁵ Béatrice Gasquet – Genre. in Régina Azria e Danièle Hervieu-Léger (coord.) – *Dictionnaire des faits religieux*. Paris: Quadrige; Presses Universitaires de France, 2010, p. 435.

⁶ Adotamos como referência a definição de gênero da historiadora Joan Scott, retomada por Béatrice Gasquet, segundo a qual “o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas entre os sexos e é uma forma primeira de significar as relações de poder”. Danièle Hervieu-Léger (coord.) – *Dictionnaire des faits religieux...*, p. 436.

ou o dolorismo da espiritualidade vital dos séculos XIX e XX – produzem corpos e subjetividades especificamente “femininos”. Esta dimensão de uma “religião entre nós”, possibilitando a construção de “contraculturas femininas”⁷, tem levado alguns historiadores a matizar a ideia de que as religiões patriarcais seriam fundamentalmente dominadoras das mulheres, uma vez que possibilitaram experiências da emancipação em contextos político-sociais, estes sim, fortemente estruturados pelos poderes masculinos.

A este propósito, convém ainda sublinhar dois aspetos relativos ao conceito de género e à sua aplicação ao campo religioso, que nos parecem fundamentais. Em primeiro lugar, importa ter presente que o género não se reduz à distinção entre homens e mulheres, supostamente agrupados em conjuntos homogêneos. Pelo contrário, o género constrói também diferenças hierárquicas e de papéis religiosos entre homens, por um lado, e entre mulheres, por outro⁸. Como se verá neste livro, falar de género em relação com as práticas religiosas não é, pois, falar só da religião das mulheres (ou dos homens), mas também daquilo que os diferencia dentro dos universos religiosos masculinos e femininos e do que circula entre uns e outros. Enfim, esta questão leva-nos ao segundo ponto, absolutamente crucial neste campo de estudos: o género é sempre um operador das relações de poder e uma forma de as significar e legitimar. Neste sentido, a categoria do género é imprescindível a qualquer epistemologia crítica da dominação social. Parece-nos, pois, acertada a recomendação da antropóloga Béatrice Gasquet no sentido de situar a “cultura religiosa feminina” em contextos históricos englobantes – “são os *poderes femininos* simétricos da dominação masculina?” – e de tomar em linha de conta as trajetórias individuais e as relações de poder dentro dessas “culturas”⁹.

É esse o espírito do presente livro, que abre com o texto de Maria del Mar Graña Cid intitulado “Las profetisas ante el poder eclesiástico: denuncia de género y modelo místico de Iglesia (Juana de la Cruz, s. XVI)”. Servindo como pórtico ao conjunto de estudos que se lhe sucedem, nele se procuram analisar, a partir de um episódio de violência sofrido por uma comunidade de terceiras franciscanas de Santa María de la Cruz de Cubas (Madrid) às mãos dos seus prelados, as estratégias discursivas de denúncia profética desenvolvidas por estas mulheres, tanto nos sermões pronunciados pela líder da comunidade, Juana de la Cruz (1481-1534), precocemente compilados, como na biografia que dela redigem logo após a sua morte. As humilhações e sofrimentos sofridos por Juana e pelas suas companheiras são entendidos como caminho para uma mais perfeita identificação com Cristo, no âmbito de uma eclesiologia que valoriza a Igreja como corpo místico de Cristo, a quem os crentes se podem unir pela eucaristia, mas também pelo cora-

⁷ Danièle Hervieu-Léger (coord.) – *Dictionnaire des faits religieux...*, p. 435.

⁸ Danièle Hervieu-Léger (coord.) – *Dictionnaire des faits religieux...*, p. 432.

⁹ Danièle Hervieu-Léger (coord.) – *Dictionnaire des faits religieux...*, p. 345.

ção, quando o seu desejo é contínuo e verdadeiro. A comunhão nos sofrimentos e na oração faz dos crentes participantes de uma universal função sacerdotal, que simultaneamente relativiza a mediação clerical, cujos vícios e limites são também denunciados, e atesta uma nova relação entre géneros que o mistério da encarnação inaugura, pela estreita colaboração entre Cristo e a Virgem Maria, erigida em modelo da Igreja e dos crentes. O carácter profético deste discurso feminino condensa ainda uma importante carga política e de transformação social, na linha dos movimentos reformistas da época, que a autora não deixa de salientar.

Outra figura feminina, neste caso uma rainha, D. Beatriz, mulher do monarca D. Afonso IV, é vista por Vanda Lourenço Menino à luz da sua prática religiosa, em “A religiosidade de uma rainha: D. Beatriz (1293-1359)”, desde a educação na corte portuguesa às suas devoções, capela e últimas vontades expressas nos seus testamentos. A soberana designa, como ordenava a prática cristã, o local da sua sepultura, escolhendo uma capela da Sé de Lisboa, onde repousaria junto ao seu marido, à sombra da poderosa intercessão do mártir S. Vicente, encomendando ainda os serviços religiosos perpétuos necessários à salvação da sua alma.

Gilberto Moiteiro, em “Manifestações exteriores da vida interior. Usos do corpo e representações da alma na Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus de Aveiro”, analisa o discurso sobre o corpo no texto historiográfico e hagiográfico redigido por uma religiosa da comunidade dominicana de Aveiro, entre 1513 e 1525. Procurando compreender o lugar que o corpo ocupa no âmbito dos referenciais simbólicos, situado no cruzamento de dois polos axiais, o dos dons corporais e o das disciplinas com que as religiosas sujeitavam a carne para aceder à salvação, demonstra-se como este constitui, simultaneamente, o recetáculo da graça divina e o instrumento da união mística, no quadro de uma conceção que entende os indivíduos na coerência unitária do binómio corpo/alma.

Joana do Carmo Peres, na sua intervenção “O cartório do Convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa: instrumento de estudo para as formas de interioridade dos Eremitas de Santo Agostinho”, reflete sobre as questões ligadas à interioridade na Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, tendo como ponto de partida o acervo do cartório do Convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa e os dados proporcionados pela arquivística e pela história institucional para o seu estudo. Os exemplos evocados, associados sobretudo a documentação de cariz normativo emanada tanto da Santa Sé como das instâncias de governo da Ordem ou da Província Portuguesa, percorrem dimensões diversas, desde as associadas ao culto e às práticas devocionais à promoção do estudo, entendido, no carisma agostinho, como algo central, tanto no caminho da procura de Deus e da comunhão com Ele, como em vista a uma adequada preparação para a atividade pastoral.

Com base nas crónicas e no património edificado ainda existente, Ana Assis Pacheco apresenta, no seu artigo sobre “Ermitérios e claustros, lugares próprios

ao recolhimento religioso”, um conjunto de considerações sobre seis casas religiosas franciscanas, três masculinas, de origem eremítica, e três femininas, cujos claustros mantêm ainda vestígios de capelas claustrais ou das quais restam testemunhos memorialísticos sobre a vida religiosa que aí acontecia, tentando, em todos os casos, reconhecer os laços entre as espacialidades e as soluções construtivas encontradas e as vivências e práticas que lhes estavam associadas.

Antónia Fialho Conde e Margarida Sá Nogueira Lalanda, em “A ação disciplinadora de Trento no quotidiano monástico feminino do mosteiro de S. Bento de Cástris”, analisam o quotidiano feminino claustral, com destaque para a prática musical, dessa comunidade cisterciense feminina no período pós-tridentino. Assim, com base nos ditames tridentinos e cumprindo com rigor as normas da *Regra* fundacional, esta comunidade segue o seu caminho vigiada pelo clero masculino quer secular, o arcebispo de Évora, quer regular, os monges da Congregação Autónoma de Alcobaça. Uns e outros geram um conjunto de regulamentação que é por eles diretamente supervisionada, mas que não impede uma cultura musical litúrgica e devocional muito rica e variada vivida nesta comunidade feminina.

Paula Almeida Mendes, na sua intervenção subordinada ao tema “Um oratório no coração? Gestos e práticas na vida religiosa masculina e feminina em Portugal (séculos XVII-XVIII)”, procura, a partir da análise de vários textos que se inscrevem no filão da literatura de espiritualidade, que vão desde «Vidas» devotas até compilações hagiográficas ou crónicas monásticas, contribuir para delinear não apenas os contornos que as práticas devotas e espirituais assumiram no Portugal de Setecentos e de Oitocentos, nos meios monásticos e conventuais, mas também perceber se o género poderá funcionar como elemento diferenciador. Deste modo, centra a sua atenção sobre uma panóplia de práticas devocionais que vão desde a oração (muito especialmente a oração mental) ou as práticas penitenciais e de mortificação às visões e êxtases, interpretadas como favores divinos e às inúmeras devoções (ao Menino Jesus, à Paixão de Cristo, à Virgem Maria, ao Anjo da Guarda, a São João, entre outras) que apelam à faceta mais afetiva e emotiva das religiosas e religiosos.

Partindo de fontes documentais provenientes dos mosteiros de beneditinas, cistercienses e clarissas, Elisa Lessa, no seu artigo intitulado “Cantochão ou polifonia? Música e devoção nos mosteiros femininos portugueses no período moderno”, apresenta alguns dados e reflexões sobre o *modus vivendi* feminino relacionado com a prática musical no contexto do ofício divino e das celebrações das festas do calendário litúrgico. Porque foi proibida a prática polifónica nos mosteiros femininos em meados do século XVIII? Porque não se admitia outro instrumento além do órgão? Quais os fundamentos de tais proibições? Terão sido cumpridas as ordens emanadas da hierarquia religiosa, especialmente as pós-tridentinas? O estudo procura, pois, responder a estas e outras questões, dando

a conhecer as práticas musicais de devoção religiosa feminina nos séculos XVII e XVIII, e demonstrando a existência de um ecletismo musical, onde elementos musicais e extramusicais de carácter sacro e profano se cruzavam, contrariando as limitações impostas pela normativa em vigor.

O ensaio de Tine Van Osselaer “Dor, Paixão e Compaixão. Mulheres estigmatizadas na Europa contemporânea” analisa as estigmatizadas europeias dos séculos XIX e XX, focando o seu sofrimento (público) e os testemunhos dos que observaram de perto estes eventos, num entendimento da experiência da dor como experiência religiosa, subjetiva e simultaneamente uma construção cultural. Da análise de narrativas de testemunhas emerge a noção de uma dor vivida a três níveis: o da estigmatizada, o do visitante/testemunha e o do leitor. Olhando à dor física e emocional, exterior e interior, mostra-se como às estigmatizadas foi proposta uma combinação inextricável de paixão e com-paixão, o que permite, mais concretamente, questionar a suposta “alteração de género” geralmente associada à imitação pela estigmatizada do corpo do Cristo sofredor.

Uma outra mulher com um perfil próximo das anteriores, Alexandrina Maria da Costa (1904-1955), é tratada por Tiago Pires Marques em “A casa de Alexandrina: memória, género e papéis religiosos numa aldeia do Minho”. Recorrendo a fontes diversas – escritos hagiográficos, observações etnográficas e entrevistas –, começa por traçar os aspetos mais marcantes da religiosidade de Alexandrina, acentuando o seu cariz reparacionista e vitimal, alimentado pela devoção eucarística e ao Coração de Jesus e analisando a importância da tutela masculina, exercida por via da direção espiritual, sobre a sua construção. Num segundo momento, analisa os testemunhos de duas irmãs, Felismina e Alda, que privaram com Alexandrina durante muitos anos, sobre a espiritualidade de Alexandrina e dos seus devotos. Sem deixar de olhar às permanências sociais e religiosas ao longo de quase um século, procura-se assim colocar em evidência as táticas de autonomização das mulheres num ambiente fortemente marcado por um poder clerical exercido por homens.

O artigo de Jorge Revez, “Oração e interioridade na poesia de Ruy Belo”, pretende explorar as referências à interioridade e à experiência de oração na poesia de Ruy Belo (1933-1978). Assim, depois de efetuar um inventário parcial destas evidências, o autor propõe-se uma interpretação do seu significado. No quadro da história religiosa e das mentalidades da segunda metade do século XX, procuram-se os modos de enunciação da interioridade na perceção sobre as experiências religiosas que a sua poesia nos transmite. E ligado a este momento do catolicismo e da sua vivência, discute-se o conceito de pós-catolicismo e as suas implicações disruptivas.

Dos discursos proféticos ao sofrimento reparador, passando pela música, pela organização dos espaços religiosos, pela espiritualização de devoções e pela poesia, têm sido múltiplas as formas de *praticar a interioridade* moldadas por

distinções e identidades de género. Se há uma ideia geral a retirar deste conjunto de textos é a da pluralidade histórica das espiritualidades, da sua dimensão profundamente contextual e da sua indissociabilidade dos corpos sexuados.

Resta-nos agradecer a todos os autores e a quantos contribuíram, com o seu saber, na discussão das comunicações apresentadas nas Jornadas ou na leitura atenta dos textos propostos para publicação, em sede da Comissão Científica, para que o que agora colocamos à disposição dos leitores constituísse um acréscimo de conhecimento e reflexão. Esperamos que a sua leitura possa suscitar novos questionamentos e investigações, ajudando a clarificar conceitos, a aprofundar as problemáticas aqui tratadas ou outras ainda por explorar, a alargar o inquérito a novas fontes e contextos. Os textos que aqui disponibilizamos mostram a possibilidade e a fecundidade desse desafio, a que cumpre dar continuidade.

Maria Filomena Andrade
João Luís Fontes
Tiago Pires Marques